

# Cardoso pede apoio para sanear finanças

por Adriana Vasconcelos  
de Brasília

Em pronunciamento formal, o primeiro depois do segundo turno das eleições, o presidente eleito, Fernando Henrique Cardoso, não hesitou ontem em pedir o apoio dos novos governadores para a implementação de medidas de saneamento das finanças públicas em seu governo. Ao mesmo tempo em que pregou a austeridade para os governos estaduais, deixou claro que está fora de seus planos empreender uma política recessiva a partir de 1995, expondo uma preocupação em garantir o aumento da produção nacional e a retomada dos ritmos estáveis de um desenvolvimento sustentado.

Cardoso também prometeu, diante de uma platéia reduzida, no auditório do edifício Camilo Cola, onde funciona a nova sede do PSDB, que não discriminará nenhum governo estadual, nem mesmo os que não estiverem aliados com a administração federal. Na sua opinião, em um regime democrático a oposição é necessária. Além disso, ele considera que "as funções presidenciais não são compatíveis com iras pessoais, ressentimentos ou mesquinhas".

O presidente eleito disse ainda que, no momento oportuno, apresentará as políticas de seu governo, assim como anunciará no final de dezembro sua equipe ministerial. Ele avisou apenas que "o País não precisa ficar na expectativa de surpresas", sinalizando que esse não será o seu estilo de governo.

A seguir, a íntegra do pronunciamento:

"Em primeiro lugar quero cumprimentar o povo do País e externar a minha alegria pela realização das eleições na forma tão democrática e tão positiva, e pelos resultados. É inegável que o povo brasileiro, através de seu eleitorado, mais uma vez reafirmou sua vontade de prosseguir no caminho das mudanças e seguir num caminho de transformações que se faz dentro da lei e dentro do que o País deseja.

Não posso também deixar de registrar minha satisfação pelo fato de que o PSDB teve vitórias importantes no Brasil, e de que

os demais partidos também, muitos deles, obtiveram votações expressivas e elegeram governadores. Nós temos um quadro de governadores que nos parece muito positivo para o Brasil. O resultado das urnas, como em qualquer democracia, será respeitada não só em termos das sucessões legais, como em termos políticos. Tenho certeza de que o presidente Itamar Franco, com quem conversei ontem, tem a mesma sensação de satisfação com o resultado das eleições, e aí acrescento eu, que foram presididas de uma maneira absolutamente isenta... como magistrado pelo presidente da República. E como futuro presidente quero deixar bem claro ao País, reafirmar minha disposição de trabalhar com todos os governadores, sejam do meu partido, sejam de partidos que me apoiaram, sejam de partidos que não me apoiaram. Vamos trabalhar pensando sempre naquilo que é importante, que são as transformações que o País deseja.

Estarei sempre disposto a discutir os problemas nacionais e, dentro das possibilidades, encaminhar em conjunto com os governadores as soluções para os problemas dos estados. O fato de nós termos tido uma eleição na qual os partidos que me apoiaram... e uma boa parte dos governadores a que manifestei também, dentro do limite que a situação me impõe, o meu apoio, terem sido eleitos, aumenta minha responsabilidade. A satisfação de ver os resultados, ela vai paripasso com o sentimento, crescente em mim, da enorme responsabilidade de exercer a Presidência da República num contexto de um Brasil que começou a se reorganizar no governo Itamar Franco e que fez uma opção clara por reformas.

Eu vou me empenhar pela realização dessas reformas. Reforma não se faz com ato de império. Reforma não é o resultado de um decreto. Reforma não é resultado da aprovação, pelo Congresso, de uma lei, nem mesmo de uma transformação na Constituição. Reforma é um processo. É uma coisa que, permanentemente, deve estar no espírito de todos nós. Temos responsabilidades perante o País, no dia-a-dia, na gestão, na discussão de cada problema. Temos de ter em vista o objetivo de mais longo prazo.

Eu farei, como já declarei e reafirmo aqui, um discurso de despedida no Senado, onde direi de forma mais concreta quais são as linhas das transformações que me parecem necessárias. Eu quero deixar também claro, nesse momento em que o Brasil reafirma sua vocação para a democracia e para a mudança em favor de uma economia mais moderna, mais aberta, de uma população mais atendida pelos serviços públicos e com

uma distribuição de renda mais compatível com a dignidade de uma vida mais decente, que os objetivos de transformação serão permanentes. A consecução dessa transformação não vai ser feita de afogadilho. E assim como, enquanto ministro da Fazenda, com todo o apoio do presidente Itamar Franco, eu disse sempre ao País o que iria fazer. E sempre pedi o apoio, nunca aceitei uma atitude tecnocrática, uma atitude que fosse soberba, que fosse de imposição. Como presidente da República, não vejo razão para mudar meu modo de ser.

O País não precisa ficar na expectativa de surpresas, porque a surpresa não resolve nada. Ou nós, no dia-a-dia, construímos as transformações e convencemos a população da necessidade delas e também somos convencidos, quando for o caso, da necessidade de mudar de rumo, ou nós realmente não construímos uma transformação democrática. Não vai ser meu estilo de governo, como não foi o do presidente Itamar Franco, surpreender o País com medidas que ninguém espera ou que, muitas vezes, especulações, aqui e ali, antecipam sem nenhuma base.

No momento adequado, eu direi o que vai ser feito, como vai ser feito e pedirei o apoio de todos. E já peço, desde já, a compreensão dos novos governadores para as medidas que nós vamos ter de tomar. Nós vamos continuar atentos ao processo de combate à inflação. Eu acho que o resultado das eleições manifestou de uma maneira muito clara que o país deseja a estabilidade econômico-financeira e quer ter uma moeda sólida, uma moeda que signifique para o trabalhador uma garantia de que seu esforço no trabalho não será corroído pela inflação. Essa decisão já não é mais de um governo, é de um povo, que aprovou essa conduta. Nós vamos continuar nessa direção, e os governadores que estão eleitos sabem que também o foram na mesma medida em que inspiraram uma confiança de que seriam fiéis seguidores dessa vontade popular.

Isso vai implicar que um conjunto de medidas, que serão tomadas sempre em diálogo, mas que serão tomadas, de prosseguimento ao saneamento das finanças públicas. Serão tomadas porque é imperioso tomá-las. Não se trata hoje de uma decisão da União, mas de uma decisão conjunta do povo brasileiro, que exige que governadores e presidente da República, nos debruçemos todos para resolver aqui o que foi sendo postergado. Eu tenho a convicção de que o sentimento de austeridade não é só do governo federal, mas será compartilhado pelos estados.

Quero dizer também, como tenho dito sempre, que no momento adequado comporemos um governo que será a expressão dessa vontade de transformação, que será um governo unido por um programa, e que, ao mesmo tempo em que estará atento à necessidade da estabilidade, não vai esquecer-se de que um país como o Brasil precisa de produção. É preciso aumentar sua produção. É preciso dar condições para que os setores industriais e agrícolas possam realmente investir com tranquilidade e tenham a certeza de que a competição, que é saudável, vai ser feita a partir também de um desenvolvimento tecnológico, que permita enfrentar as dificuldades, que qualquer



Fernando Henrique  
Cardoso

competição hoje em dia impõe a nível internacional, e de que nós teremos as medidas adequadas para defender os nossos produtores do que se chama de competição desleal.

O esforço, que será grande na continuidade do processo de saneamento das finanças e de manutenção do valor do real, em termos compatíveis, como já disse aqui, com a dignidade de um País que sabe que a inflação é um mal que não pode ser aceito, virá paripasso com a preocupação de que a produção nacional continue crescendo e que nós tenhamos efetivamente, no decorrer dos anos de governo que me esperam, condição para que possamos retomar ritmos estáveis de um desenvolvimento sustentado. Ninguém mais, hoje em dia, aceita as formas selvagens de desenvolvimento econômico. Desenvolvimento sustentado significa um desenvolvimento voltado para acabar com os bolsões de miséria e pobreza. E significa também respeito às condições ambientais. Eu peço, nesse momento de tanta alegria para tantos governadores e também para os que foram eleitos no primeiro turno, que nos unamos nessa direção.

Não tenho o menor cuidado quanto ao modo como vamos compor o governo, que reafirmo ser um governo comprometido com esses objetivos, aprovados pelo povo. Será um governo sensível às realidades políticas. Será um governo que estará permanentemente dialogando com as forças do Congresso Nacional, do qual eu sou membro e no qual aprendi, e muito, sobre a vida pública brasileira. Mas um Congresso que hoje, depois de experiências tão traumáticas pelas quais passou, sabe também que a opinião pública tem um balizamento muito claro e não aceita mais procedimentos que em outras épocas puderam ser rotineiros. Não serão mais rotineiros.

O diálogo com os partidos será muito franco e aqueles que se dispuserem a apoiar o governo, participarão do governo para apoiar um programa. Terão as responsabilidades correspondentes a essa postura, responsabilidades político-administrativas, mas não se tratará mais de uma negociação pontual, através de concessões a A, B, C ou D, em termos de dá cá, toma lá. O País não aceita mais esse procedimento e os partidos também não o aceitam. Eu devo dizer, com muita alegria para mim, que depois de eleito conversei com vários líderes partidários, inclusive os partidos que me apoiam estão conversando com

outros líderes partidários, e todo o nosso desenrolar de negociações tem sido feito em termos de consciência das necessidades do País. Não houve, nem haverá qualquer outro tipo de negociação. Negociação hoje é às claras. Temos um objetivo, temos um programa, precisamos de apoio, o povo quer esse programa e nós precisamos constituir um governo capaz de levar adiante essas transformações.

Tão importante quanto essa atitude de uma permanente busca de mudança, e não simplesmente de um "dia D" em que as coisas aconteçam, é a capacidade constante de gestão. O povo cansou de uma gestão irresponsável, de incompetência. Por isso a competência será um critério fundamental, aliado com um critério de comprometimento político, para obtermos crédito junto à opinião pública e estarmos em sintonia plena com a população. Quero dizer também que esse será o espírito que daqui por diante deverá nortear as conversas, que gostaria que passassem a ser mais persistentes, com as lideranças políticas e com os partidos do Congresso Nacional. Iniciarei as discussões sobre as reformas que serão necessárias. Eu já tenho grupos de trabalho discutindo algumas dessas proposições. E as reformas serão feitas pelo espírito que disse aqui. Nós teremos quatro anos de governo. Não vamos governar cem dias. Muito mais do que cem dias. Nos cem dias de que todo mundo fala podem-se dar sinais, mas os sinais espetaculares só servem para desiludir em seguida a população, quando eles são seguidos de uma atitude permanente de reforma e de transformação. E com esse espírito que nós vamos pedir que o Congresso apoie algumas modificações — algumas na Constituição, outras em matéria de legislação —, mas, sobretudo, com a experiência que hoje têm parlamentares, que exerceram funções no Executivo, com o sentimento de que a lei não basta, é preciso que ela seja cumprida. A gestão muitas vezes é suficiente para suprir lacunas legais ou para contornar dificuldades que muitas vezes nos parecem insuperáveis. Mais vale dar a batalha do dia-a-dia na gestão, do que pura e simplesmente anunciar grandes transformações que depois não tenham condições de ocorrer. Elas vão ocorrer. Elas já estão ocorrendo. Elas vão ocorrer porque o povo hoje é um povo maduro, que sabe perfeitamente acompanhar os acontecimentos. Os dirigentes brasileiros já estão sensíveis aos sinais do tempo, muitos já estão afinados com esse novo espírito. Os que não estiverem terão perdido o bonde da história.

Quero também dizer que, em um regime democrático, a oposição é necessária e que o governo sob a minha condução não estará disposto a cooptação. Estará sempre disposto a discutir os problemas nacionais com quem esteja na oposição. Estará sempre disposto a pedir apoio para as questões nacionais, mas respeitará as convicções daqueles que se opõem ao governo, que estejam fazendo sua crítica. Isso vale para os governadores eleitos que não são da coligação, com os quais mantere, como sempre mantive durante toda a minha vida pública, um diálogo respeitoso, sabendo sempre que quando o povo elege, quem decidiu foi o povo e que o povo não pode ser penalizado se, even-

tualmente, o eleito não for até mesmo do agrado, e não é esse o caso, do presidente da República.

As funções presidenciais não são compatíveis com iras pessoais, não são compatíveis com ressentimentos, não são compatíveis com mesquinhas. Se nós estivermos alinhados, sempre pensando grande, pensando no País, em um país que tem vitalidade e um país que tem todas as condições para dar um grande salto, eu tenho a absoluta tranquilidade de que governo e oposição, juntos, farão tudo aquilo que for necessário para o Brasil se reafirmar, como está sendo desenhado, como um País que não é só democrático, próspero, capaz de distribuir melhor a sua riqueza.

Quero finalmente lhes dizer que por volta do final de dezembro anunciarei o ministério. Anunciarei sem precipitações. Não tem nenhum fundamento que eu vou primeiro me atar a tal e qual ministro, que esteja negociando isso ou aquilo. A maioria dos que me conhecem sabem que eu sou uma pessoa de dizer com muita franqueza o que penso e eu disse, desde o início, como faria e estou fazendo como disse que faria. Estou pensando primeiro quais são os projetos necessários para dar o formato necessário para melhor atender às aspirações do País e, em seguida, ver quais são as pessoas capazes de encarnar isso, prestando sempre atenção à competência técnica e à condição política, à base política, porque sem isso não se transforma o País.

O País não se transforma só pela vontade: nem imperial nem tecnocrática. O País só se transforma quando existe apoio e esse apoio deriva da convicção e da sintonia entre as forças políticas e a vontade da sociedade. Eu anunciarei com tranquilidade. Conversarei daqui até a formação do governo com muita gente. E pode fotografar a vontade. Mas não deduzam de uma conversa que ela seja cumprida. A gestão muitas vezes é suficiente para suprir lacunas legais ou para contornar dificuldades que muitas vezes nos parecem insuperáveis. Mais vale dar a batalha do dia-a-dia na gestão, do que pura e simplesmente anunciar grandes transformações que depois não tenham condições de ocorrer. Elas vão ocorrer. Elas já estão ocorrendo. Elas vão ocorrer porque o povo hoje é um povo maduro, que sabe perfeitamente acompanhar os acontecimentos. Os dirigentes brasileiros já estão sensíveis aos sinais do tempo, muitos já estão afinados com esse novo espírito. Os que não estiverem terão perdido o bonde da história.

Quero também dizer que, em um regime democrático, a oposição é necessária e que o governo sob a minha condução não estará disposto a cooptação. Estará sempre disposto a discutir os problemas nacionais com quem esteja na oposição. Estará sempre disposto a pedir apoio para as questões nacionais, mas respeitará as convicções daqueles que se opõem ao governo, que estejam fazendo sua crítica. Isso vale para os governadores eleitos que não são da coligação, com os quais mantere, como sempre mantive durante toda a minha vida pública, um diálogo respeitoso, sabendo sempre que quando o povo elege, quem decidiu foi o povo e que o povo não pode ser penalizado se, even-